



“A tática das ocupações de fábrica na década de 1980: greves do setor metalúrgico em São José dos Campos (SP) e Volta Redonda (RJ)”

RICHARD DE OLIVEIRA MARTINS*

Introdução

Nos últimos anos da década de 1970 inaugurou-se um período de ascenso do movimento sindical brasileiro, cujo marco inicial foram as greves metalúrgicas na região do ABC paulista, a partir de 1978. Pela primeira vez desde a instauração da ditadura civil-militar em 1964, o movimento paredista atraía para a luta aberta grandes contingentes de trabalhadores, numa sequência de mobilizações que cumpriria importante papel na transição que vinha sendo gestada “pelo alto” no Brasil pelo menos desde 1974, quando o governo Geisel anuncia a chamada distensão política. Apesar da tutela militar sobre a transição brasileira, apontada e analisada por uma série de autores (por exemplo, STEPAN, 1986; 1988), construiu-se um consenso em torno do fato de que as lutas operárias, bem como as pressões de outros segmentos da sociedade civil, aprofundaram e alteraram a dinâmica que os militares buscavam conferir ao processo de restabelecimento do regime dito democrático.

Salvador Sandoval, em estudo sobre os movimentos grevistas no Brasil a partir de 1945, identifica as greves do ABC como um “ressurgimento da classe trabalhadora como força política”, mas pontua que de 1980 a 1983, indicadores como o número de greves, sua duração média e a quantidade de trabalhadores parados declinavam em relação à primeira onda grevista, no fim da década anterior, “provavelmente devido ao controle do governo” e a uma ainda limitada “capacidade de mobilização por parte das organizações operárias” (SANDOVAL, 1994: 157-176). A partir de 1983, entretanto, se configuraria um período de expansão da atividade grevista, atingindo novas localidades e novos segmentos da classe trabalhadora. Não por acaso, trata-se também do ano da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, de acordo com Adalberto Cardoso (2003: 38), cumpriria nos anos 1980 o papel de um partido político, agindo como “centro para elaboração e reforço de identidades políticas (muitas das quais subsumidas ao programa do Partido dos Trabalhadores)”. Sobre o incremento da atividade grevista no período, Sandoval pontua:

Não é preciso dizer que um dos fatores subjacentes à atividade grevista aumentada pode ser atribuído ao processo de redemocratização da Nova República, quando certamente

* Bacharel em História, Mestre em Ciência Política e Doutorando em História Social pelo IFCH/Unicamp. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.



2

houve maior tolerância com respeito ao protesto dos trabalhadores que nos anos de governo militar. (SANDOVAL, 1994: 161)

Embora Sandoval jamais identifique esse “maior nível de tolerância” à ausência de repressão, reconhecendo, sobretudo no início dos anos 1980, o emprego constante da força contra os trabalhadores em greve, o autor tende a deixar em segundo plano os limites impostos ao movimento operário pela coerção, ainda que a violência repressiva tenha chegado a extremos que não foram vistos nem mesmo durante o período ditatorial, como o assassinato de três operários durante a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda, já em 1988. É o caso de se perguntar se no período final da transição política e nos primeiros anos da Nova República houve, de fato, maior tolerância às mobilizações operárias ou se, pelo contrário, conforme as greves logravam se impor como mecanismo inescapável de expressão das demandas trabalhistas, a repressão, por sua vez, se intensificava sob formas mais sofisticadas e melhor adaptadas ao novo regime.

O estudo de alguns dos casos em que a repressão (seja estatal, seja patronal) se demonstrou mais exacerbada pode jogar luz sobre essa questão geral, bem como revelar as particularidades de conflitos que, embora reconhecidamente importantes, ainda foram pouco discutidos. Cabe destacar, contudo, que os dois principais casos que abordaremos aqui não são de maneira alguma episódios desconhecidos na história recente do movimento operário brasileiro. Ambos foram objeto de reflexões empreendidas por participantes dos movimentos, resultando em publicações que buscavam dar conta da “versão dos trabalhadores”, por assim dizer (FGMSJCR, 1985; VEIGA; FONSECA, 1990). Mais recentemente, investigações acadêmicas multiplicaram as referências e possibilidades de abordagem desses conflitos (MEDEIROS, 2006; GRACIOLLI, 2009; GUERRA, 2015). No presente artigo, recuperamos elementos de alguns destes trabalhos, além de fontes primárias, sobretudo do Fundo DEOPS do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), para aproximar os casos de São José dos Campos (1983-1985) e Volta Redonda (1984-1988), a partir de uma problemática específica: a da disputa pelo espaço da fábrica no contexto das greves metalúrgicas.

Ocupações de fábrica na década de 1980: São José dos Campos e Volta Redonda

O município de São José dos Campos passou por um intenso processo de industrialização a partir da década de 1960, resultado de um plano de desenvolvimento em cuja elaboração, ainda nos anos 1940, houve significativa participação militar, sobretudo da Aeronáutica. Com o Golpe de



3

1964 e a intervenção militar sobre o sindicato dos têxteis, que representava a maior e mais ativa categoria de trabalhadores industriais da região à época, os operários do Vale do Paraíba viram imensamente dificultadas suas possibilidades organizativas e de expressão de demandas, o que certamente contribuiu para que não se tenham registrado quaisquer greves pelos quinze anos seguintes.

Somente em 1979, quando a base sindical metalúrgica já havia se tornado a mais numerosa da cidade e o cenário político nacional se alterara substancialmente, os conflitos trabalhistas voltaram a se radicalizar na cidade, à revelia das direções sindicais “pelegas”. No ano anterior, José Domingues, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJCR), em entrevista, recusara abertamente o “método do ABC” para a negociação salarial, alegando que São José dos Campos era uma “área pacífica” (GUERRA 2015: 72). Mas, quer concordassem ou não com a ideia expressa pelo presidente do sindicato acerca da incompatibilidade entre o grevismo e o suposto caráter pacífico da cidade, grande parcela dos trabalhadores metalúrgicos da região decidiria, já na campanha salarial seguinte, que o “método do ABC” seria também o de São José dos Campos.

A principal tática utilizada naquela ocasião pelos metalúrgicos joseenses para garantir a greve, deflagrada em 14 de março de 1979, à revelia da direção sindical, foram os *piquetes* nas portas das fábricas. Mais que impedir a entrada dos funcionários que desejassem “furar” a greve nas empresas, os piquetes parecem ter servido como uma espécie de “escudo” para os operários diante da sempre presente ameaça de retaliação patronal. A presença massiva de grevistas, *inclusive e principalmente de outras empresas*, nas portas das fábricas, impedindo a entrada de todos, dificultava a identificação de operários ausentes como grevistas voluntários, camuflando-os, por assim dizer. A força dos piquetes, de acordo com o historiador Caio Guerra (2015: 87), teria sido “reconhecida pelo setor empresarial, embora tenha sido vinculada à sua caracterização como forma violenta de ação”. Apesar da avaliação ventilada por empresários e da presença constante da polícia nos arredores dos piquetes, não foram registrados episódios que servissem de pretexto à ação repressiva almejada pelo empresariado. Assim, na portaria da General Motors, coube à segurança privada da fábrica tentar provocar tumulto e atrair a repressão sobre o piquete. Para tal, os



4

seguranças sacaram revólveres e ameaçaram atirar, e até mesmo tentaram atropelar piqueteiros, mas as forças policiais nada fizeram.¹

A partir de 15 de março, a polícia assume a tarefa de reprimir os grevistas, algo que Guerra associa com o “avanço contínuo dos piquetes sobre os domínios militares”, paralisando empresas do setor bélico, como a Engesa e a Embraer, “algo considerado inadmissível”. Por conta disso, nos dias seguintes os operários mudam de tática, e passam a agir nos corredores de ônibus que ligavam os bairros operários às indústrias metalúrgicas da região, abordando os veículos que levavam os trabalhadores às fábricas e convencendo-os a desembarcarem. Com a identificação desse procedimento pela polícia, os grevistas se veem obrigados a agir nos próprios bairros e pontos de ônibus, tentando evitar o embarque. Apesar de toda a versatilidade tática dos piquetes, a greve, que fora considerada ilegal pela Justiça do trabalho, se tornava cada vez mais difícil, inclusive porque a direção sindical já assinara acordo com a FIESP à revelia das assembleias da categoria (GUERRA, 2015: 85, 89-91). A mobilização se encerrou em 19 de março, mas os piquetes permaneceram como elemento fundamental do repertório tático dos metalúrgicos joseenses na década de 1980.

Parece ser em 1984 que as *ocupações de fábrica* se generalizam como método de luta dos metalúrgicos, não apenas em São José dos Campos, mas também no ABC paulista e em outras cidades do interior do estado, como Sorocaba e Taubaté. As ocupações ofereciam aos operários vantagens para a condução de suas greves que os piquetes não podiam garantir. Primeiramente, permitiam *demonstrações de força*, mesmo quando os ocupantes se encontrassem em número reduzido; essa eventual fraqueza que, no caso dos piquetes, se tornava explícita, com as ocupações podia permanecer oculta. Além disso, ao tomarem o *controle sobre a produção e a movimentação nas fábricas*, paralisando integralmente a produção, havia a possibilidade de que os trabalhadores afetassem inclusive outras unidades da cadeia produtiva, chamando atenção para suas lutas e influenciando sobre a correlação de forças em âmbito mais geral. Por fim, *minimizava-se o contato entre operários e policiais*, evitando-se as provocações, agressões e prisões de trabalhadores. Levar as greves para dentro das fábricas, tática então escolhida pelos metalúrgicos, ia na contramão das

¹ De acordo com notícia veiculada no jornal *Valeparaibano* de 15/03/1979. Por razões de espaço, as referências de fontes arquivísticas e jornalísticas serão apresentadas, preferencialmente, em notas de rodapé. Todas as notícias extraídas do *Valeparaibano* que mencionamos aqui foram reunidas por agentes do DEOPS, a partir das contribuições de delegacias e informantes de diferentes cidades, e organizadas nas chamadas “resenhas jornalísticas”, que resumiam periodicamente a cobertura dada pela imprensa às ações do movimento operário em várias regiões do estado. Atualmente, podem ser consultadas junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. A referência que segue é a do monitoramento dos metalúrgicos de São José dos Campos e região: APESP, Fundo DEOPS, Dossiê 17-S-36. Pasta 4.



5

intenções dos empresários que pretendiam empurrá-las para as ruas, onde a violência policial era sempre maior: “fazer greve fora da fábrica é servir de saco de pancada da polícia”, diziam então os operários e sindicalistas joseenses (FGMSJCR, 1985: 47).

O boletim do DIEESE, edição de abril de 1984, registra que a campanha salarial daquele ano foi marcada pelas greves por empresa,² “operações-tartaruga” e pela “ocupação de algumas fábricas. E o resultado disso foi a celebração de acordos salariais em bases superiores às condições determinadas pelo Decreto-Lei 2065”. Em São José dos Campos, onde a direção sindical optou por conduzir negociações em separado nas distintas fábricas da base, as greves começaram no dia 26 de março, na National (greve de 2 dias, envolvendo 1.200 trabalhadores, em resposta à demissão de três operários) e na Bundy (800 operários parados, também por 2 dias)³, e se fortaleceu a partir do dia 2 de abril, com a paralisação dos metalúrgicos da General Motors (9.000), Ericsson (2.500) e a retomada do movimento paredista na National (1.000) e na Bundy (500).

A primeira ocupação da campanha foi uma resposta dos operários da GM à recusa da empresa em abrir negociações separadamente. Os trabalhadores tomam a fábrica em 3 de abril “e não permitem a saída de ninguém. No dia seguinte, o sindicato negocia com os diretores da GM e permite a saída da diretoria e chefia do interior da fábrica”, mas a ocupação prosseguiu por mais dois dias. Com a ilegalidade da greve determinada pelo TRT, os trabalhadores acabaram por aceitar o acordo celebrado com a FIESP, retornando ao trabalho no dia 7. De acordo com o Boletim do DIEESE, também houve ocupações nas fábricas da Ericsson e na Ibrape, além de paralisações na Fi-El, Mafersa e Elevadores Kone. O jornal *Valeparaibano* estima em 18 mil o número de metalúrgicos envolvidos com ocupações, ocorridas em, pelo menos, seis fábricas da cidade naquelas semanas.⁴

Em seu estudo sobre os metalúrgicos de São José dos Campos, Caio Guerra recupera aspectos interessantes das ocupações de 1984, principalmente a partir das notícias veiculadas na imprensa local e estadual. É com base nelas que descreve o funcionamento da ocupação da GM, naquela que foi a primeira paralisação integral da fábrica desde que ela fora inaugurada:

2 Nas “greves por empresa” assumiam-se pautas diferenciadas e índices específicos para o reajuste salarial, levando em conta aspectos como os distintos salários vigentes e o tamanho de cada fábrica. Ao optar pelas greves por empresa em detrimento de uma “greve de categoria”, a expectativa dos trabalhadores era a de fragmentar a negociação, criando divisões entre os patrões e demonstrando que, se pressionadas, as empresas podiam oferecer reajustes superiores aos os índices negociados coletivamente.

3 *Boletim do DIEESE*, Ano III, março de 1984, pp. 21-22.

4 *Valeparaibano*, 7/4/1989; *Boletim do DIEESE*, Ano III, abril de 1984, p. 15.



6

[os grevistas] *dormiam na empresa e ali permaneciam durante todo o dia entre jogos de futebol, baralho, dominó e outras atividades (...). ...controlavam a entrada e a saída nas portarias e permitiam apenas a realização de serviços imprescindíveis do escritório. Havia grande aglomeração nas grades de proteção da fábrica, onde os grevistas eram visitados diariamente por parentes, com quem conversavam e recebiam roupas limpas, colchões, cobertores, cigarros, objetos de higiene, marmítas, rádios de pilha, além de dinheiro para comprar alimentos e outros gêneros, vendidos por ambulantes que haviam se instalado perto das grades da empresa.* (GUERRA, 2015: 121)

Faltando ainda dois dias para o julgamento da greve pelo TRT, um Batalhão de Choque da PM já se encontrava preparado para reprimir a ocupação, alocado no Comando de Policiamento da Área (CPA) do Vale do Paraíba, na Rodovia Presidente Dutra, a apenas quatro quilômetros da empresa ocupada. Mas a saída dos operários se deu de forma pacífica.⁵

Fato é que a radicalização dos métodos de luta em 1984 garantiu a celebração de vários acordos favoráveis aos trabalhadores, além de reajustes acima da proposta patronal e a conquista do direito de eleger comissões de fábrica em diversas empresas. Não por acaso, ao longo daquele ano, mesmo após encerrado o período da campanha salarial, os operários de algumas indústrias joseenses voltaram a se utilizar das ocupações como forma de pressão para terem suas demandas atendidas. Somente na National, entre março e agosto, seriam três ocupações. Na última delas, iniciada em 10 de agosto, os grevistas lutavam por um aumento de 20%, equiparação salarial (dentro da fábrica e em relação às outras empresas da região), efetivação dos trabalhadores “temporários” e para instituir uma comissão de fábrica. Em 13 de agosto, os operários resistem à ação policial que visava encerrar a ocupação, e conseguem permanecer na fábrica, mas desocupam-na quatro dias depois, antevendo o julgamento desfavorável da greve pelo TRT e a consequente repressão. Entretanto, retomam o movimento em 20 de agosto, como resposta à empresa, que retaliara com 42 demissões. A partir daí quem assume a dianteira da repressão é o serviço de segurança patrimonial da National.

Em 23 de agosto de 1984, o jornal *O Valeparaibano* denunciava agressões sofridas por grevistas daquela fábrica na véspera, perpetradas pela equipe de segurança contratada pela empresa: “Cinco trabalhadores violentamente espancados e escoriações generalizadas em quase todos os outros funcionários da National. Esse foi o resultado de uma verdadeira batalha entre trabalhadores e a segurança na manhã de ontem”. O relato do ocorrido permite que percebamos como um serviço

5 Na desocupação, consta que os trabalhadores teriam cantado a famosa canção de protesto “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores”, de Geraldo Vandré, e homenageado com uma prece e um minuto de silêncio ao operário Santo Dias, assassinado em um piquete em frente à empresa Sylvania, em São Paulo, durante a greve dos metalúrgicos paulistanos em outubro de 1979 (GUERRA, 2015: 122).



7

de segurança que se propunha “patrimonial” podia ser simultaneamente um instrumento de repressão contra o operariado, problema insinuado pela própria cobertura jornalística daquela greve:

Às sete horas da manhã de ontem [22 de agosto de 1984], os trabalhadores da National chegaram na fábrica, com o propósito de continuar parados, lá dentro. Logo que os ônibus entraram no portão principal, foram parados e os seguranças da “Pires Segurança”, contratados pela National para “garantir o patrimônio da empresa”, quiseram retirar os 42 operários que haviam sido demitidos. Revoltados, mas pacificamente, todos os trabalhadores resolveram não entrar na fábrica e dirigiram-se para os portões. Nesse momento, os seguranças saíram correndo atrás deles e começou uma pancadaria geral. Armados de revólveres e cassetetes, eles queriam obrigar os trabalhadores a voltarem aos seus postos, mas evidentemente não conseguiram. Garantiram os trabalhadores – e há muitas testemunhas disso – que os seguranças chegaram a sacar seus revólveres e apontá-los para os trabalhadores. Isso sem contar que cassetadas foram distribuídas à vontade e poucos trabalhadores saíram ilesos. (...) Os seguranças excederam-se tanto em reprimir os trabalhadores que a Polícia Militar interveio e mandou que eles se retirassem e ficassem num canto⁶

Parece-nos descabido caracterizar as agressões físicas perpetradas pelos seguranças como “excessos”; mais correto seria indicar que faziam parte da tática escolhida pela fábrica para derrotar a greve, ou que eram, no mínimo, consequências previsíveis dela. Além de amedrontarem e coagirem os grevistas, as agressões serviam ainda como justificativa (ou pretexto) para a presença policial, não apenas nas mediações, mas também no interior da fábrica. A PM interrompeu o conflito entre os seguranças (que, conforme o relato jornalístico, apesar dos “excessos” não foram detidos) e os trabalhadores e, a partir dali, passou a operar dentro da empresa, inibindo a continuação da greve, que se encerrou no mesmo dia, com mais 83 demitidos e dois diretores de base suspensos (GUERRA, 2015: 127).

Também em agosto de 1984, operários da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), haviam decidido pela ocupação da estatal, como parte da luta por um reajuste salarial de 30%. Após uma paralisação no dia anterior, em 10 de agosto cerca de 300 trabalhadores ocupam a fábrica, interrompendo a produção integralmente. Na mesma tarde, a direção da empresa convoca as tropas da Polícia Aeronáutica, alocadas no Centro Técnico Aeroespacial (CTA), para reaver o controle da planta, em operação que foi assim descrita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, em carta aberta à população (da qual o DEOPS arquivou uma cópia):

Nesta sexta-feira, 10 de agosto de 1984, os trabalhadores da EMBRAER, que estavam em greve há dois dias, foram expulsos de dentro da fábrica pela força dos fuzis e das metralhadoras da Polícia Militar e da Polícia Aeronáutica. Foram expulsos por mais de 1.000 homens armados, a mando da própria direção da empresa, que dizia estar cumprindo ordens expressas dos donos do poder em Brasília, os mesmos que estão levando o país à falência (...).



8

*A EMBRAER fez isso porque ela é filha do regime militar, que não tolera nenhuma ação que venha a mostrar que a população do nosso país quer liberdade, quer melhores condições de vida e de trabalho.*⁷

Amparada pelos dispositivos legais contidos na Lei nº 4330/1964, instituída pelo regime militar para limitar o direito de greve, a Embraer também havia elaborado uma carta destinada a seu quadro funcional (e igualmente arquivada pelo DEOPS), afirmando que a intervenção militar visava garantir o acesso aos postos de trabalho para os trabalhadores que não desejassem aderir à paralisação. Argumentava ainda que se tratava de defender as instalações da estatal, embora não afirmasse exatamente quais riscos a ocupação operária oferecia ao patrimônio público:

A EMBRAER decidiu solicitar às autoridades do Ministério da Aeronáutica a presença de tropas dentro de nossas instalações, a fim de proteger o patrimônio da empresa e principalmente garantir a integridade física de nossos funcionários.

*Portanto a presença desses militares na EMBRAER deve ser entendida como uma real e efetiva proteção aos nossos funcionários e às nossas instalações, garantindo, assim, que a EMBRAER possa continuar funcionando e garantindo o emprego de nosso pessoal.*⁸

Condicionando a garantia do emprego à retomada da produção, a Embraer acenava com a possibilidade de demitir os grevistas, constringendo-os a voltarem ao trabalho sem jamais mencionar as razões que lhe impunham urgência no trato da questão. Os sindicalistas, entretanto, sabiam que havia grande pressão sobre a direção da empresa para que se cumprissem os prazos de entrega de 120 aviões modelo Tucano comprados pelo Egito, além das demandas da própria Força Aérea Brasileira. Em caso de desrespeito aos prazos estabelecidos nos contratos, pesadas multas recairiam sobre a Embraer, o que, na avaliação dos grevistas, colocava-os em vantagem tática para negociar com a direção da empresa, que não tinha o tempo a seu favor. Todavia, como se viu, a pressa da estatal em ver a greve encerrada não se traduziu em concessões rápidas aos trabalhadores, mas sim em repressão. Aquela greve terminaria com 150 operários afastados, que a Embraer tentaria demitir por terem participado ativamente da mobilização. Segundo o *Jornal do Metalúrgico*, edição de agosto de 1984, muitos desses trabalhadores “afastados” trabalhavam há muito tempo na empresa e alguns já estavam para se aposentar. Entre eles se encontravam, inclusive, dois diretores de base do sindicato, João Pedro Pires e Francisco Assis de Souza. Além dos afastamentos, de acordo com o mesmo jornal, militares teriam utilizado as dependências da Embraer para realizar longos interrogatórios com os trabalhadores:

Terror na Embraer: 155 companheiros afastados. Eles foram interrogados por militares e

7 SMSJCR. “Carta Aberta à População”, 11 de Agosto de 1984. APESP, Fundo DEOPS, 17-S-36, pasta 4.

8 A Diretoria (EMBRAER). “Aos empregados da ‘EMBRAER’”. 10 de Agosto de 1984. APESP, Fundo DEOPS, 17-S-36, pasta 4.



9

em alguns casos a “conversa” durou até 5 horas.

Militares aparentemente não funcionários da empresa passam horas interrogando esses companheiros, querendo arrancar confissões a respeito das suas participações na greve. Querendo enfim que os companheiros afastados dedem outros companheiros.⁹

O tratamento dispensado às ocupações de agosto de 1984 pela National e pela Embraer foi caracterizado por Caio Guerra como parte da “organização da reação”: se, nas ocupações do primeiro semestre, a tônica havia sido dada pelas conquistas de acordos vantajosos, reajustes e comissões de fábrica, a partir dali as ocupações tenderiam a ser neutralizadas “pela articulação entre Justiça do Trabalho”, decidindo rapidamente pela ilegalidade das greves que recorriam àquela tática, “e forças de segurança do Estado”, que prontamente promoviam a desocupação das empresas. Por sua vez, a repressão patronal, materializada principalmente nas demissões e afastamentos de ativistas, numa verdadeira “caça às bruxas”, certamente objetivava “‘quebrar a espinha’ da organização da categoria, atacando as Comissões de Fábrica e desmoralizando os dirigentes sindicais” (GUERRA, 2015: 129-130). Mas, apesar da crescente contraofensiva empresarial-estatal, a maior e mais importante ocupação de fábrica em São José dos Campos ainda estava para acontecer.

É também em 1984 que os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda/RJ, deflagram pela primeira vez uma greve como tática para fazer avançar suas negociações salariais. Excetuando-se breve greve em 1º de abril de 1964, organizada contra o golpe militar, as greves não faziam até então parte da história daquela empresa, marcada por uma tradição corporativo-paternalista de gestão, calcada na ideia de uma “família siderúrgica” que unia diretores e operários em prol da CSN. Essa filosofia se aliava à concessão de importantes benefícios e de algumas vantagens materiais aos trabalhadores da usina, se comparados aos operários de outras fábricas, e se combinava ainda com a repressão no espaço da empresa e com o disciplinamento extra-fábrica, para reduzir ao máximo os riscos de que os interesses operários se organizassem e emergissem como conflito. Vale lembrar que a ingerência da estatal sobre diversos aspectos do cotidiano de seus trabalhadores, inclusive para além dos muros da usina, resultava do fato de que o

⁹ *Jornal do Metalúrgico*. nº 21, agosto de 1984. APESP, Fundo DEOPS, 17-S-36, pasta 4. Rosângela Bellini de Oliveira, então advogada do SMSJCR, afirmaria a *O Valeparaibano* (23/08/1984), dias depois, que as demissões e afastamentos de trabalhadores que haviam participado pacificamente de uma greve eram ilegais, e denunciava: “O verdadeiro interrogatório, que está sendo feito pela empresa a todos os ‘afastados’, também é (...) um verdadeiro absurdo, já que não existe base legal para isso. Portanto, o que se pode concluir é que tudo está errado no processo.” Os afastamentos serviriam ainda para impedir as eleições para a comissão de fábrica, conquistada anteriormente pelos trabalhadores da Embraer e que estava para ser instituída no fim daquele mês. A empresa alegaria, segundo *O Valeparaibano* de 29 de Agosto, que a justificativa para o adiamento da eleição seria a falta de candidatos, o que não deixava de ser irônico, uma vez que eles se encontravam na lista de afastados.



município de Volta Redonda efetivamente surgira em função da CSN, responsável por construir moradias, prédios e vias da cidade e providenciar diversos de seus serviços básicos, condições de possibilidade do funcionamento da própria siderúrgica. Segundo Graciolli (2009: 49), somente com “a emergência de propostas e práticas vinculadas ao chamado Novo Sindicalismo” é que o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR) e o movimento sindical da região ganham contornos “mais combativos e de maior agudeza no que se relaciona à mobilização dos trabalhadores”.

A primeira greve ocorrida em Volta Redonda nesse novo contexto sindical já recorre ao método da ocupação de fábrica. Historiada por Mangabeira (1993: 81-90) e por Graciolli (2009:75), aquela mobilização “contou com a participação das mulheres e filhos dos operários, que se concentravam em frente da CSN, enquanto estes ocupavam o seu interior”. Embora não acreditemos que se trate de mera coincidência o fato de emergir uma greve dos metalúrgicos da siderúrgica fluminense justamente no ano em que as ocupações se generalizam como forma de luta daquela categoria em outras localidades, Sandra Veiga e Isaque Fonseca registram que era outra e muito simples a razão pela qual os operários da estatal optaram pela greve de ocupação: diante das peculiaridades do funcionamento da usina, ocupar era a única maneira de se fazer uma greve responsável na CSN. Nas palavras de Fonseca, dirigente sindical metalúrgico em Volta Redonda na década de 1980:

*A greve de ocupação, na minha opinião, é uma forma superior de luta operária. Mas de qualquer maneira, na CSN, só existe uma maneira de fazer greve: ocupando. Isso se a direção do movimento se coloca, junto com o movimento, em defesa do patrimônio da empresa. Sem ocupação não se faz greve, pois quem vai cuidar dos equipamentos lá dentro? Vai-se deixar os equipamentos por conta da Polícia Militar, do Exército ou da direção da empresa? Tem que ter trabalhador lá dentro pra tomar conta dos equipamentos; tomar conta do gasômetro, dos altos-fornos, da coqueria, da fábrica de oxigênio, tomar conta de uma máquina de corrida contínua, de um painel, de um computador.
(...) esse negócio de que o Exército toma conta do patrimônio é mentira. Eles entram na usina é para tirar operário lá de dentro na porrada e acabar com a greve. Qualquer operário já sabe disso. E eles lá entendem alguma coisa de alto-forno? (VEIGA; FONSECA, 1990: 54)*

A greve com ocupação da CSN em 1984 foi encerrada após cinco dias, com algumas reivindicações atendidas e sem repressão policial: “A PM só marcou presença” (VEIGA; FONSECA, 1990: 55). Seria diferente dois anos depois, quando os funcionários da siderúrgica deflagraram nova greve, rapidamente respondida com a primeira invasão da usina pelo Exército para desbaratar o movimento, expediente que dali em diante se tornaria rotineiro em Volta Redonda. A partir de 1987, as tentativas de luta operária sofreriam também a repressão promovida pela



direção da CSN, ela própria cada vez mais militarizada, tornando “insuportável o ambiente na usina” (GRACIOLLI, 2009: 87).

Fizeram um ataque violento à organização sindical. Demitiram os ativistas todos, demitiram os “cipeiros”, puseram o resto da diretoria do sindicato em inquérito administrativo. Os diretores do sindicato têm estabilidade por lei, mas todos ficaram fora da fábrica sem direito de entrar na usina. Fizeram aquela limpeza – operação arrastão. Dessa vez foi a empresa que arrastou. (VEIGA; FONSECA, 1990: 73-74)

Em São José dos Campos, a repressão patronal tivera seu auge em 1985, após a mais radicalizada das ocupações de fábrica promovidas pelos metalúrgicos do Vale do Paraíba no período. O movimento paredista de abril daquele ano se iniciou no contexto da campanha salarial metalúrgica promovida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que colocava como pauta central a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Na GM, ponta de lança do movimento na cidade, a greve começou pelo turno da noite, e a princípio, tratava-se de uma *greve de revezamento* (os operários entravam na fábrica e cumpriam seus turnos de braços cruzados, deixando-a depois). Não se deve perder de vista que naquele momento convalescia Tancredo Neves, enquanto seu vice empossado, José Sarney, capitaneava a tentativa de construção de um “pacto social”, pressionando o movimento operário para que abandonasse as greves. A CUT, entretanto, se recusava a aderir ao pacto e seguia orientando os sindicatos de sua base a se enfrentarem com patrões e governo para garantir melhores condições de vida e trabalho.

Depois de quinze dias de paralisação na GM, a patronal teria passado à ofensiva, demitindo lideranças que gozavam de estabilidade. É nesse momento (25 de abril) que cerca de 4 mil operários da empresa decidem responder com a ocupação. Era o pretexto necessário para que a repressão também se intensificasse: o julgamento da greve, em 26 de abril, determinou sua ilegalidade, e a PM cercou a fábrica. A invasão por pouco não ocorreu, uma vez que diretores da GM incitavam a polícia a cumprir a ordem de reintegração de posse imediatamente. Autoridades interviram para evitar o derramamento de sangue que certamente ocorreria, posto que os ânimos estavam acirrados e os trabalhadores determinados a resistir. Somente com a saída da polícia das imediações da fábrica, no dia 27, é que os trabalhadores decidem encerrar sua greve, o que não foi suficiente para impedir que a GM retaliasse com mais de 400 demissões por “justa causa”. Além disso, 31 dos demitidos (e mais dois outros membros do SMSJC) seriam processados criminalmente. De acordo com Moacyr Silva, um dos criminalizados, graças ao intercâmbio de informações entre empresas (as “listas negras”), “esses 400 trabalhadores foram praticamente alijados do mercado formal de trabalho do Vale do Paraíba” (SILVA, 2010: 44).



Um aspecto fundamental da repressão a essa greve foi o que Caio Guerra (2015: 174) chamou de “aliança empresarial-midiática”. Isto porque a imprensa, sobretudo jornais de grande circulação, veiculou uma série de reportagens ao longo da greve, caracterizando os ativistas como membros de “milícias metalúrgicas” e buscando associá-los a uma imagem violenta. Quando a greve de fato se radicalizou com a ocupação, e membros da diretoria da empresa foram impedidos de sair da fábrica paralisada (algo que, vale lembrar, já havia ocorrido em 1984) os operários foram comparados a “sequestradores” pela mídia. As barricadas montadas pelos metalúrgicos durante a ocupação para impedir uma eventual reintegração de posse, por sua vez, foram caracterizadas como dano ao patrimônio, alegação que se tornou peça importante para justificar a repressão patronal e a criminalização sofrida pelos grevistas na sequência.

Sem dúvida devemos atribuir muito peso ao desfecho dessa greve, marcado por repressão exemplar, se quisermos entender o declínio da atividade grevista dos metalúrgicos joseenses nos anos seguintes. Somente em 1989 a categoria voltaria a promover uma ocupação de fábrica, na Bundy, ocasião em que, segundo o *Valeparaibano*, houve um “festival de violência”. A polícia desbaratou a ocupação, espancando trabalhadores e empurrando-os em direção à Via Dutra. De acordo com publicação do sindicato, “dezenas ficaram feridos e por pouco não houve atropelamentos” (SMSJCR, 2011: 19). Provavelmente, os grevistas joseenses sabiam que a repressão poderia ser ainda mais violenta, pois o exemplo da greve do ano anterior na CSN era recente.

Em novembro de 1988, pouco mais de um mês após a promulgação da “Constituição Cidadã”, os trabalhadores da siderúrgica de Volta Redonda entraram uma vez mais em greve, reivindicando, centralmente, reposição salarial diante do arrocho e da inflação e redução da jornada de trabalho para seis horas. De acordo com Gracioli (2009: 94) um dos elementos fundamentais que levaram os metalúrgicos da CSN a uma nova ocupação estava na “insatisfação com a política de perseguição às lideranças e repressão à organização dos operários”, bem como no “acúmulo de experiência e mesmo de indignação”. É pertinente levar em conta, como faz Santana (2017: 97-98), que a greve da CSN era concomitante a muitas outras, que naquele momento mobilizavam ao todo “mais de um milhão de trabalhadores de braços cruzados, em diferentes setores e cidades”. Derrotar a ocupação da CSN, portanto, serviria como um recado do governo a todo um batalhão de grevistas.

A greve na siderúrgica durou 17 dias, mas a ocupação apenas três. Isto porque, após cortarem o fornecimento de água, energia elétrica e comida para a usina, no dia 9 de novembro de



1988, tropas do Exército invadiram a CSN para expulsar os grevistas, recorrendo ao uso de munição letal. A ação terminou com as mortes de três operários: Carlos Augusto Barroso, que teve o crânio esmagado a pancadas, Walmir Freitas Monteiro e William Fernandes Leite, atingidos por balas de fuzil. Encerrada a desocupação, as tropas não se retiraram, permanecendo dentro da usina por vários dias. Mesmo após repressão tão brutal – assassinatos de operários dentro de fábricas não haviam ocorrido sequer no período da ditadura civil-militar –, a CSN não hesitou em se manifestar contra os grevistas, apelando inclusive a argumentos de cunho patrimonial:

*Ativistas insistem em dificultar o direito de locomoção dos trabalhadores. O insensato confronto com a força federal já resultou no sacrifício inútil de três companheiros (...) Além disso, pelo comprometimento de unidades fundamentais o complexo siderúrgico corre perigo. Um colapso da usina representaria o desemprego para 30 mil trabalhadores da CSN e de empreiteiras (...).*¹⁰

A réplica do sindicato foi certa:

*... Nenhum metalúrgico sente disposição de trabalhar sob a mira das baionetas e fuzis, que mataram Walmir, William e Barroso. Protestaram contra a greve de ocupação e agora reclamam que os trabalhadores não estão lá para manter os serviços essenciais. O Exército entrou na usina sob a alegação de proteger o patrimônio, e é exatamente sua presença que ameaça a manutenção do mesmo. (...) Se a CSN quer resolver, é fácil: Basta que as tropas tomem o caminho da Dutra e voltem para os quartéis, de onde, aliás, jamais deveriam ter saído.*¹¹

Nos últimos dias de sua greve, os trabalhadores da siderúrgica dariam ainda uma prova contundente de sua responsabilidade para com o patrimônio da CSN. Após onze dias de paralisação, em assembleia da categoria, os metalúrgicos decidiram, sem abdicar de sua greve, montar um esquema de revezamento para garantir a manutenção dos altos-fornos da usina, que exigiam imediata atenção por parte dos operários, sob risco de sofrerem danos irreparáveis. A ação dos trabalhadores não apenas demonstrou a “falácia, preconizada pelo discurso oficial, de que o patrimônio da CSN estava garantido pelo Exército”, como, habilmente, garantiu “o apoio da população à greve, fundamental para que não acontecesse o isolamento dos operários” (GRACIOLLI, 2009: 130-131). Os metalúrgicos da CSN acabaram vencendo aquela batalha, obtendo conquistas importantes, inclusive a readmissão de trabalhadores anteriormente demitidos por conta de sua participação em mobilizações, mas a década das greves estava chegando ao fim.

10 “Um apelo ao bom senso”. Nota da CSN, reproduzida em VEIGA; FONSECA, 1990: 167-8. O Ministério do Exército também se manifestou sobre a operação militar, alegando que “a ocupação da CSN pelos operários provocou danos sérios ao patrimônio da empresa e à economia nacional” e afirmando que a violência “teria partido dos trabalhadores, em uma operação de guerrilha urbana, ao que o Exército apenas teria reagido” (GRACIOLLI, 2009: 126).

11 Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, citado em VEIGA; FONSECA, 1990: 169.

Considerações Finais

A grande presença militar na região da Via Dutra, consolidada desde a década de 1950, somente fortaleceu-se com o golpe de 1964. No projeto de desenvolvimento idealizado pela ditadura civil-militar, o Vale do Paraíba era definido como “área de interesse estratégico” por conta do parque industrial instalado na região (sobretudo as fábricas dos setores bélico, aeronáutico e siderúrgico) e pela importância estratégica da própria Dutra, principal ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, fundamental para a circulação de pessoas e mercadorias. O interesse militar na área ajuda a explicar porque as mobilizações e ocupações em fábricas às margens da rodovia ao longo da década de 1980 foram tão duramente reprimidas.

Contudo, especialmente no que se refere às empresas estatais da região geridas diretamente por militares, casos da Embraer e da CSN (entre outras), conforme erodia a legitimidade da própria ditadura, o recurso à violência e à repressão passava a exigir novos argumentos que as legitimassem. Como vimos, nos conflitos de maior dimensão ocorridos na região, militares e governantes buscaram forjar essa legitimidade a partir de uma retórica patrimonialista, apresentando-se enquanto defensores dos bens e interesses públicos¹², enquanto detratavam sindicalistas e ativistas, o mais das vezes com o apoio da grande mídia. Mas, nessas mesmas ocasiões, os metalúrgicos de São José dos Campos e Volta Redonda souberam subverter e estabelecer contrapontos a essa retórica, com notável sucesso no caso da greve na siderúrgica fluminense em 1988.

Tomando as plantas como espaço privilegiado para o desenvolvimento de suas mobilizações, os operários avançavam na articulação e na expressão de seus próprios interesses, fortalecendo os vínculos entre a categoria e respaldando suas organizações (sindicato, comissão de fábrica, comando de greve); as ocupações promoviam também o que podemos chamar de dimensão simbólica das greves, explicitando sua dimensão política e colocando na ordem do dia a disputa da opinião pública em torno da legitimidade de demandas e métodos. Para militares e governantes, pelo contrário, retirar os trabalhadores do espaço da fábrica era fundamental, posto que facilitava tanto a ação repressiva quanto a retomada da produção. À criminalização das greves (frequentemente tornadas ilegais pelas decisões da Justiça do Trabalho em favor dos patrões) e à

12 O que não deixa de ser irônico, quando sabemos que Embraer e CSN não resistiriam à sanha privatista dos anos 1990. Vale lembrar que foi o General Figueiredo quem deu o pontapé inicial da política de privatizações, com o decreto n.º 86.215 de 25 de julho de 1981.



intervenção militar sobre as plantas somava-se um discurso, frequentemente veiculado na mídia, que buscava caracterizar as ações dos operários como “guerrilheiras”, associando-os a um imaginário de violência e “subversão”, completamente ausente da visão que os próprios trabalhadores tinham de suas ações.

A repressão às ocupações de fábrica na década de 1980 nos parece, portanto, emblemática no sentido de que a retaliação patronal e a violência militar-estatal eram peças fundamentais de uma política que visava aumentar os custos de mobilização e participação em greves. Consideradas normais no “novo ambiente institucional”, certas modalidades repressivas (como a demissão política, o assédio moral, o monitoramento e a violência policial contra assembleias, piquetes e ocupações, para citar algumas delas) contribuíram para limitar a atividade sindical, de maneira que nos parece absolutamente incompatível com quaisquer perspectivas de aprofundamento e consolidação de um regime de fato democrático.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Adalberto M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

FGMSJCR (Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca) *Ação e Razão dos Trabalhadores da General Motors*. Coord. e Montagem do texto: Moacyr P. Silva. Publicação do FGMSJCR, sob a responsabilidade do Sindicato da Categoria. São José dos Campos, 1985.

GUERRA, Caio César da Silva. *“Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro”*: Trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

GRACIOLLI, Edilson José. *Um caldeirão chamado CSN: Resistência operária e violência na greve em 1988*. Uberlândia: EDUFU, 2009. 2ª ed.

MEDEIROS, Mônica. X. *Bom mesmo é ser metalúrgico: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos –SP*. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em movimento”. In FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia. A. N. (Orgs.) *O Brasil Republicano*; v.4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 8ª ed. 2017. (2003)



16

SILVA, Moacyr Pinto. *Hiena – minha revolta não se vende*. São José dos Campos: Mogiana, 2010.

SMSJCR (Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região). *Especial 55 Anos*. Publicação Comemorativa de 55 anos do SMSJCR. Pesquisa, redação e edição: Ana Cristina Silva e Rodrigo Correia. 2011. 52 pp.

SOUZA, Davisson Cangussu; TRÓPIA, Patrícia Vieira. (Orgs.) *Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. pp. 225-255.

STEPAN, A. (Org.) *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986.

_____. *Democratizando o Brasil*. Trad. Ana Luíza Pinheiro *et al.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o Aço e as Armas*. Petrópolis: Vozes, 1990.